

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, as demonstrações dos fluxos de caixa, as demonstrações do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido, bem como as notas explicativas correspondente ao exercício de 31 de dezembro de 2015. A Companhia agradece aos seus clientes e colaboradores pelo apoio e confiança depositados, e pela dedicação e esforços empreendidos, graças aos quais foi possível alcançar os resultados apresentados.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2016

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	78.039	55.694	366.762	357.739
Títulos e valores mobiliários (Nota 9)	285.099	384.508	222.135	196.122
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10)	63.528	6.057	63.528	6.057
Contas a receber (Nota 11)	935.367	904.079	2.481.888	2.089.581
Dividendos a receber (Nota 5)	41.739	-	-	-
Estoque (Nota 12)	638.363	660.055	638.363	660.055
Impostos e contribuições a compensar (Nota 13)	59.970	40.575	143.401	43.170
Outras contas a receber (Nota 14)	67.528	23.217	77.303	23.490
	2.170.033	2.074.185	3.993.380	3.376.214
Não circulante				
Depósitos judiciais (Nota 23(c))	8.715	8.121	8.971	8.121
Impostos e contribuições a compensar (Nota 13)	118.559	86.721	118.559	86.721
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 24)	187.694	73.867	361.843	154.095
Investimentos em controlada (Nota 5)	886.924	721.015	-	-
Outros investimentos	44	44	257	257
Intangível (Nota 15)	1.490.039	1.235.909	1.490.256	1.236.244
Imobilizado (Nota 16)	102.326	65.805	102.326	65.805
	2.794.301	2.191.482	2.082.212	1.551.243
Total do ativo	4.964.334	4.265.667	6.075.592	4.927.457
Passivo e Patrimônio Líquido Circulante				
Fornecedores (Nota 17)	676.986	512.716	677.021	512.750
Depósitos e recursos de aceites cambiais (Nota 18)	-	-	296.615	104.179
Financiamentos (Nota 22)	569.878	404.335	569.878	404.335
Salários e encargos sociais (Nota 20)	134.427	137.004	137.086	142.517
Impostos e contribuições a recolher (Nota 19)	174.846	179.434	184.697	186.536
Imposto de renda e contribuição social (Nota 31)	-	-	206.162	93.803
Partes relacionadas (Nota 36)	58.531	30.766	1.104	1.451
Dividendos propostos (Nota 26(c))	30.766	10.200	30.766	30.766
Arendamento operacional - locação de lojas (Nota 34)	21.056	19.367	21.056	19.367
Contas a pagar - operadoras de cartão de crédito (Nota 21)	130.287	70.774	140.180	93.177
Outras contas a pagar	1.766.011	1.402.362	2.867.850	2.058.465
Não circulante				
Financiamentos (Nota 22)	570.644	514.942	570.644	514.942
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (Nota 23)	87.190	91.628	96.536	97.243
	657.834	606.570	667.180	612.185
Total do passivo	2.423.845	2.008.932	3.535.030	2.670.650
Patrimônio líquido (Nota 26)				
Capital social	2.000.000	1.700.000	2.000.000	1.700.000
Reservas de lucro	540.503	556.764	540.503	556.764
Ajuste de avaliação patrimonial	(14)	(29)	(14)	(29)
Total do patrimônio líquido atribuído a acionistas da Companhia	2.540.489	2.256.735	2.540.489	2.256.735
Participação não controladora	-	-	73	72
Total do patrimônio líquido	2.540.489	2.256.735	2.540.489	2.256.735
	4.964.334	4.265.667	6.075.592	4.927.457

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

Ativo	Reservas de lucros		Reserva para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação não controladora	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal						
Em 31 de dezembro de 2013	1.400.000	42.856	415.131	7	-	1.857.996	53	1.858.049
Aumento de capital - AGE de 30 de novembro (Nota 26(a))	300.000	-	-	-	-	300.000	-	300.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	129.541	-	19	129.560
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(36)	-	(36)	-	(36)
Proposta de destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (Nota 26(b))	-	6.477	-	-	-	6.477	-	6.477
Transferência para reservas de lucros (Nota 26(d))	-	-	92.298	-	(92.298)	-	-	-
Dividendos propostos (Nota 26(c))	-	-	-	-	(30.766)	(30.766)	-	(30.766)
Em 31 de dezembro de 2014	1.700.000	49.335	507.429	(29)	2.256.735	72	2.256.807	2.256.879
Aumento de capital - AGE de 10 de dezembro (Nota 26(a))	300.000	-	-	-	300.000	-	-	300.000
Outros resultados abrangentes	-	-	-	15	15	-	-	15
Reajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(16.261)	(16.261)	-	-	(16.261)
Absorção do prejuízo (Nota 26(b))	-	-	-	(16.261)	(16.261)	-	-	(16.261)
Em 31 de dezembro de 2015	2.000.000	49.335	491.188	(14)	2.540.489	73	2.540.562	2.540.635

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

SEÇÃO A - INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional: A Lojas Riachuelo S.A. ("Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") tem como atividade preponderante a comercialização de confecções em geral, artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos e, ainda, outros artigos que completam as suas linhas de lojas especializadas e de departamento, bem como a prestação de serviços relacionados a análise e processamento de dados, emissão, representação comercial e serviços de cartão de crédito, além de organizar e administrar cartões de crédito e débito de qualquer espécie, de emissão própria ou de terceiros, abrangendo quaisquer atividades principais, acessórias ou correlatas a essa modalidade de pagamento, inclusive administrando os direitos e as obrigações de natureza financeira referentes às suas respectivas operações, tais como seguros, capitalização, previdência privada e serviços auxiliares à atividade financeira. A Companhia opera com uma rede de 285 lojas (257 em 2014), presentes em todo o território nacional, utilizando imóveis alugados da Guararapes e de terceiros. A Companhia é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, com sede na Rua Leão XIII, 500, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada integralmente pela Guararapes Confecções S.A. ("Guararapes"), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia BR 116, km 03, Bloco A, 1º andar, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, listada na B3/BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código GUAR4. A Companhia possui 99,99% das cotas da Riachuelo Participações Ltda. ("RIAP"), cujo objeto social é a participação societária em instituições financeiras e demais empresas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). A RIAP, por sua vez, detém 99,99% de participação societária em sua controlada Midway Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. A Midway Financeira tem como objetivo estratégico realizar as operações de financiamento aos consumidores dos produtos e serviços da Companhia, buscando os recursos financeiros mais adequados para o suporte dessas operações. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria, em 15 de fevereiro de 2016. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao *Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas na (Nota 38). Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na (Nota 2). **(a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e outros venturés nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*). **1.3. Alterações e interpretações adotadas na Companhia:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício financeiro encerrado em 1º de janeiro de 2015 e não tiveram impactos materiais para o Grupo. **CPC 46/IFRS 13 - Mensuração de valor justo:** esclarece que a mensuração de ativos financeiros de curto prazo sem juros aplicáveis ao valor presente, quando seu efeito não material, é permitida, embora não seja requerida. Adicionalmente, esclarece que a exceção para mensuração ao valor justo de uma carteira pelo líquido, exceto não trazida para o IFRS 13, se aplica a todos os contratos no âmbito do IAS 39 e do IFRS 9. **CPC 05/IAS 24 - Partes relacionadas:** esclarece que a entidade que presta serviços administrativos equivalentes à administração-chave é também parte relacionada e a entidade que reporta deve divulgar as despesas pagas a essa parte relacionada. **CPC 22/IFRS 8 - Informações por segmento:** aprimora os critérios de divulgação dos segmentos operacionais e orienta para a reconciliação entre o total de ativos reportados nos segmentos e o total de ativos da entidade. Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2015 não são relevantes para o Grupo. **1.4. Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta a todos os direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na (Nota 5).

SEÇÃO B - RISCOS

2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS: A elaboração das demonstrações financeiras requer da administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revisadas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: **(a) Redução dos valores de recuperação dos ativos:** Na data de encerramento de cada período de relatório, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicadores de que esses ativos não sofriram redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicadores, a administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, quando necessário. **(b) Provisão para perdas de inventário:** A provisão para perdas dos estoques é determinada com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e dos centros de distribuição, além de considerar produtos com giro lento ou não vendidos. **(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Midway S.A. (controlada indireta):** Quanto à avaliação de risco de crédito, os procedimentos praticados encontram-se aderentes às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), conforme disposições da Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Basicamente, as operações são classificadas por nível de risco, inicialmente na faixa referente ao nível de risco "A", podendo evoluir para as faixas de maior risco, cujo limite é a faixa "H", em função, especialmente, da decorrência de tempo de atraso dos clientes. As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, que se estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são prontamente reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Para fins das demonstrações financeiras segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Administração procedeu o complemento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em estudo técnico de acompanhamento da Carteira de Crédito, resultando em um acréscimo no montante de R\$ 82.594 (R\$ 55.241 em 2014), em relação aos percentuais mínimos requeridos pelo Banco Central. **(d) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários:** A Companhia e suas controladas direta e indireta são partes de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na (Nota 23). Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. **(e) Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos:** O IRRF e a CSLL diferidos são recuperados em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação de todas as diferenças temporárias, anualmente revisado e aprovado pela administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos. **(f) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **(g) Vida útil de imobilizado:** A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO: 3.1. Fatores de risco financeiro: As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, risco de crédito), risco de liquidez e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na implementação de todos os mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certos expostos a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** Para o risco cambial proveniente da importação de produtos para revenda, a Companhia não faz nenhum tipo de proteção a possíveis variações cambiais, considerando: (i) curto prazo de pagamento que, em média, é de 60 dias; e (ii) a avaliação da administração de que uma maximização do dólar norte-americano não significaria uma redução significativa das margens desses produtos. A partir de 2015 a Companhia adquiriu empréstimos em dólar com o objetivo de reduzir o risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na implementação de todos os mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certos expostos a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **(b) Risco de mercado: (ii) Risco cambial:** Para o risco cambial proveniente da importação de produtos para revenda, a Companhia não faz nenhum tipo de proteção a possíveis variações cambiais, considerando: (i) curto prazo de pagamento que, em média, é de 60 dias; e (ii) a avaliação da administração de que uma maximização do dólar norte-americano não significaria uma redução significativa das margens desses produtos. A partir de 2015 a Companhia adquiriu empréstimos em dólar com o objetivo de reduzir o risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na implementação de todos os mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certos expostos a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **(c) Risco de liquidez:** A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado

	Até um ano	Até dois anos	De dois a cinco anos	Acima de cinco anos	Consolidado
Operações	677.021	-	-	-	677.021
Fornecedores	569.878	320.786	231.071	18.787	1.440.522
Financiamentos	-	-	-	-	-
(d) Concentração de risco: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia ao risco de concentração estão basicamente registrados na rubrica "Contas a receber" relacionados às transações realizadas com a controlada indireta Midway Financeira, que representam 85% (85% em 2014) do total das transações de vendas com cartão de crédito. O restante do saldo é composto entre os administradores constantes no mercado. Com relação ao risco de crédito nos saldos registrados na rubrica "Títulos e valores mobiliários", a administração acredita ser limitada a sua exposição, pois as instituições financeiras possuem altos ratings de crédito concedidos por agências avaliadoras de crédito.					

(e) Linhas de financiamento

	2015	Consolidado	2014
Linhas de financiamento com diversas instituições financeiras			
Utilizado	1.696.698	588.091	1.205.489
Não utilizado	778.666	1.205.489	-
Linhas de financiamento com BNDES assegurado			
Utilizado	1.011.941	978.827	-
Não utilizado	525.080	558.195	-

3.2. Gestão do risco de capital:

A Companhia pratica operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com a finalidade de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como manter sua

capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. O gerenciamento dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizados por meio de definição de metas, estratégias e procedimentos de controle definidos pela administração da Companhia para que tais riscos sejam minimizados a cada exercício social. Além disso, a Companhia gerencia seus recursos, a fim de maximizá-los e assegurar a continuidade de suas operações, da controlada indireta e da controladora, com o objetivo de trazer retorno contínuo aos acionistas e a outras partes interessadas.

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	2015	2014	2015	2014
Total de financiamentos	1.140.522	919.277	1.140.522	919.277
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(78.039)	(55.694)	(366.762)	(357.739)
(-) Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda	(285.099)	(384.508)	(222.135)	(196.122)
Dívida líquida	776.384	478.079	551.625	465.416
Total do patrimônio líquido	2.540.489	2.256.735	2.540.562	2.256.807
Total do capital	3.317.873	2.735.809	3.092.187	2.622.223
Índice de dívida líquida - %	23,43	17,51	17,84	19,94

3.3. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menor a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Os instrumentos financeiros foram contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: **• Preços cotados (não ajustados)** em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1). **• Informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja por direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).** **• Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).** Os títulos e valores mobiliários foram considerados do nível 1 e o valor justo relacionado a eles foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) para instrumentos similares.

	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	De 5 a 15 anos	Total	Consolidado - 2015 atualizado	Consolidado - 2014 atualizado	Ajuste a mercado (*)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	74.041	74.043	74.051	222.135	222.159	(24)	-

	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	De 5 a 15 anos	Total	Consolidado - 2015 atualizado	Consolidado - 2014 atualizado	Ajuste a mercado (*)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	55.373	130.749	783.200	196.122	196.171	(49)	-

(*) O ajuste a valor de mercado está registrado na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, líquido dos respectivos impostos. Os derivativos foram considerados de nível 2 e o valor justo relacionado a eles foi apurado com base em modelos de precificação consolidados para instrumentos financeiros dessa natureza e foram estimados em R\$ 63.528 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 6.057 em 31 de dezembro de 2014).

SEÇÃO C - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

4. APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS: As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva representada pelo Diretor Presidente, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Os ramos mais significativos que a Companhia usa para as tomadas de decisões são o Varejo e Financeira. A gestão dos negócios da Companhia, nos âmbitos financeiro e operacional, está amparada nos segmentos denominados "Varejo"

RIACHUELO

Lojas Riachuelo S.A. e Controladas

CNPJ 33.200.056/0001-49
Rua Leão XIII, 500 – Jd. São Bento – São Paulo/SP

12. ESTOQUES

	2015	2014
Mercadorias para revenda	551.415	521.780
Materiais de embalagens e outros	26.234	26.968
Importação em andamento	73.744	120.752
Provisão para perdas nos estoques	(13.030)	(11.745)
	638.359	658.755

O custo dos estoques reconhecido no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 2.374.132.

RS 2.060.628 em 2014) na Companhia e no Consolidado. O valor da provisão para perdas de inventário refere-se às prováveis perdas de inventário, conforme descrito na (Nota 2), e sua movimentação é como segue:

	2015	2014
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(8.772)	(8.772)
Constituições	(12.270)	(12.270)
Baixa de provisão por utilização	10.397	10.397
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(10.645)	(10.645)
Constituições	(9.882)	(9.882)
Baixa de provisão por utilização	9.521	9.521
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(11.006)	(11.006)

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

	2015	2014	2015	2014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - ativo imobilizado	49.115	26.960	49.115	26.960
ICMS a compensar	17.155	24.551	17.155	24.551
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicação financeira	35.465	8.738	35.465	8.738
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a compensar (*)	67.028	58.662	67.028	58.662
Outros	9.766	8.395	93.197	10.990
Circulante	178.529	127.296	261.960	129.891
Não circulante	118.559	86.721	118.559	86.721
	178.529	127.296	261.960	129.891

(*) O valor do PIS e da COFINS a compensar refere-se substancialmente a créditos apurados na aquisição de bens para o ativo imobilizado, os quais passaram a ser apurados a partir de 2011.

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2015	2014	2015	2014
Ajustamentos a fornecedores	43.023	6.956	52.345	7.155
Ajustamentos a funcionários	8.640	8.175	8.640	8.175
Despesas antecipadas	14.916	8.041	14.916	8.041
Outras	1.349	2.035	1.349	2.035
	67.929	23.217	77.303	23.490

15. IMOBILIZADO

	2015	2014	2015	2014
Imobilizado	1.084.597	1.490.039	2.122.874	(886.965)
Benefícios em imóveis de terceiros	10-15	1.276.100	(423.193)	852.907
Móveis e utensílios	10	502.974	(263.750)	239.248
Instalações	10	460.382	(343.627)	116.755
Aeronave	10	76.736	(27.828)	48.908
Veículos	20	30.997	(24.656)	6.338
Edifícios	25	16.258	(637)	15.621
Imobilizações em curso (*)		210.362	(1.203.662)	47.163
		2.573.632	(1.083.593)	1.490.039

	2015	2014	2015	2014
Benefícios em imóveis de terceiros	10-15	1.276.100	(423.193)	852.907
Móveis e utensílios	10	502.974	(263.750)	239.248
Instalações	10	460.382	(343.627)	116.755
Aeronave	10	76.736	(27.828)	48.908
Veículos	20	30.997	(24.656)	6.338
Edifícios	25	16.258	(637)	15.621
Imobilizações em curso (*)		210.362	(1.203.662)	47.163
		2.573.632	(1.083.593)	1.490.039

(*) Imobilizações em curso referem-se a investimentos de abertura e reforma de lojas, além de melhorias nos centros de distribuição da Companhia. Os investimentos serão transferidos para as contas específicas de imobilizado, conforme sua natureza, no momento em que os projetos forem concluídos, e serão depreciados pelas taxas definidas para cada conta.

	2015	2014	2015	2014
Benefícios em imóveis de terceiros	10-15	1.276.100	(423.193)	852.907
Móveis e utensílios	10	502.974	(263.750)	239.248
Instalações	10	460.382	(343.627)	116.755
Aeronave	10	76.736	(27.828)	48.908
Veículos	20	30.997	(24.656)	6.338
Edifícios	25	16.258	(637)	15.621
Imobilizações em curso (*)		210.362	(1.203.662)	47.163
		2.573.632	(1.083.593)	1.490.039

(*) Imobilizações em curso referem-se a investimentos de abertura e reforma de lojas, além de melhorias nos centros de distribuição da Companhia. Os investimentos serão transferidos para as contas específicas de imobilizado, conforme sua natureza, no momento em que os projetos forem concluídos, e serão depreciados pelas taxas definidas para cada conta.

	2015	2014	2015	2014
Benefícios em imóveis de terceiros	10-15	1.276.100	(423.193)	852.907
Móveis e utensílios	10	502.974	(263.750)	239.248
Instalações	10	460.382	(343.627)	116.755
Aeronave	10	76.736	(27.828)	48.908
Veículos	20	30.997	(24.656)	6.338
Edifícios	25	16.258	(637)	15.621
Imobilizações em curso (*)		210.362	(1.203.662)	47.163
		2.573.632	(1.083.593)	1.490.039

	2015	2014	2015	2014
Benefícios em imóveis de terceiros	10-15	1.276.100	(423.193)	852.907
Móveis e utensílios	10	502.974	(263.750)	239.248
Instalações	10	460.382	(343.627)	116.755
Aeronave	10	76.736	(27.828)	48.908
Veículos	20	30.997	(24.656)	6.338
Edifícios	25	16.258	(637)	15.621
Imobilizações em curso (*)		210.362	(1.203.662)	47.163
		2.573.632	(1.083.593)	1.490.039

	2015	2014	2015	2014
Benefícios em imóveis de terceiros	10-15	1.276.100	(423.193)	852.907
Móveis e utensílios	10	502.974	(263.750)	239.248
Instalações	10	460.382	(343.627)	116.755
Aeronave	10	76.736	(27.828)	48.908
Veículos	20	30.997	(24.656)	6.338
Edifícios	25	16.258	(637)	15.621
Imobilizações em curso (*)		210.362	(1.203.662)	47.163
		2.573.632	(1.083.593)	1.490.039

16. INTANGÍVEL

	2015	2014	2015	2014
Software	51.572	(16.769)	34.803	42.692
Pontos comerciais	981	981	936	936
Marcas e patentes	204.865	(102.539)	102.326	149.839
	267.418	(118.727)	148.065	193.567

(*) Representado por fundo de comércio e direito de uso adquiridos pela Companhia junto a terceiros e fundamentados na existência de ponto comercial onde se localizam as Lojas Riachuelo. Para as lojas alugadas junto a Guararapes (46 lojas), não há pagamentos dessa natureza. O fundo de comércio, de R\$ 5.756, trata-se de um ativo intangível, comercializável, nos termos previstos no contrato, que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo, enquanto o direito de uso pago pela utilização da infraestrutura dos demais imóveis, de R\$ 24.092, é amortizado entre seis e dez anos, de acordo com os prazos dos contratos de locação.

	2015	2014	2015	2014
Fundo de comércio	82.772	23.241	(12)	210
direito de uso	38.459	4.230	-	42.688
Marcas e patentes	881	55	-	936
Custo do intangível	122.112	27.526	(12)	210
Amortização	(60.675)	(10.068)	-	(210)
Fundo de comércio e direito de uso	(10.172)	(2.906)	-	(13.078)
Amortização do intangível	(70.847)	(12.974)	-	(210)
	51.265	14.552	(12)	210

	2015	2014	2015	2014
Fóreas	67.241	47.280	68.608	48.420
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a receber	5.342	6.852	5.342	6.852
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a receber	23.636	12.664	23.636	12.664
Participação nos lucros	32.683	63.939	33.975	68.312
Outros	5.525	6.269	5.525	6.269
	134.427	137.004	137.086	142.517

	2015	2014	2015	2014
Fornecedores nacionais	517.156	459.136	517.201	459.142
Fornecedores estrangeiros	159.620	53.608	159.620	53.608
	676.776	512.744	676.821	512.750

O saldo de fornecedores estrangeiros está indexado, em sua maioria, em dólares norte-americano e atualizado até a data de encerramento de cada período de relatório.

18. DEPÓSITOS E RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS

	2015	2014
Recursos de aceites cambiais (*)	176.115	99.947
Partes relacionadas (Nota 36)	120.500	4.232
Terceiros	296.615	104.179

(*) São títulos pré-fixados, vinculados às variações diárias do CDI - CETIP com remuneração básica de 102% da variação do CDI, mantidos pela controlada indireta Midway Financeira. Os títulos contam com liquidez diária.

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2015	2014	2015	2014
PIS e COFINS a recolher	50.145	47.809	56.593	52.870
ICMS a recolher	109.241	103.605	109.241	103.605
Outros	15.460	28.020	18.863	30.061
	174.846	179.434	184.697	186.536

	2015	2014	2015	2014
Férias	67.241	47.280	68.608	48.420
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	5.342	6.852	5.342	6.852
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	23.636	12.664	23.636	12.664
Participação nos lucros	32.683	63.939	33.975	68.312
Outros	5.525	6.269	5.525	6.269
	134.427	137.004	137.086	142.517

21. CONTAS A PAGAR - OPERADORAS DE CARTÃO DE CRÉDITO:

As contas a pagar com operadoras de cartão de crédito são decorrentes de utilizações, pelos clientes, do cartão *co-branded* com as bandeiras Visa e Mastercard em transações de compra de produtos no varejo em geral, as quais são repassadas às respectivas operadoras em um prazo de 28 dias da data da transação.

22. FINANCIAMENTOS

	2015	2014
Custo amortizado		
Banco Santander	142.228	99.902
Banco Bradesco	-	159.372
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	499.295	608.603
Outros bancos	43.948	51.400
	685.461	919.277
Valor justo		
Banco Itaú	207.322	-
Banco Bradesco	247.739	-
	455.061	-
Circulante	569.878	404.335
Não circulante	570.644	514.942
	1.140.522	919.277

A Companhia optou por adotar a opção prevista no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração de mensurar os empréstimos obtidos em julho e novembro de 2015, junto ao Bradesco e Itaú respectivamente, pelo seu valor justo ("fair value option"), considerando sua política de gerenciamento de risco financeiro, tendo em vista que a Companhia sofreu em seus resultados os efeitos entre o descausamento da contabilização dos empréstimos a custo amortizado e o cálculo das transações para proteção cambial a valor justo. Durante 2014 e 2015, foram aprovadas linhas de crédito com o BNDES, Banco Bradesco, Banco Santander e Banco Itaú para a Companhia, utilizadas para capital de giro na reforma e expansão da rede de lojas, com liberação de recursos de acordo com os gastos nesse investimento, cujas liberações, pagamentos e despesas financeiras são como segue:

	2015	2014
Saldo em 31 de dezembro de 2013	515.964	521.194
Captações	521.194	194.116.389
Amortização de principal	(135.882)	(135.882)
Provisão de juros	47.130	47.130
Provisão variação cambial	9.538	9.538
Pagamento de juros	(38.666)	(38.666)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	919.277	919.277
Captações	635.367	635.367
Amortização de principal	(488.060)	(488.060)
Pagamento de juros	(62.477)	(62.477)
Provisão de juros	67.902	67.902
Provisão variação cambial	26.380	26.380
Marked-to-Market (MtM)	42.133	42.133
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.140.522	1.140.522

(a) Resumo das características dos financiamentos

Financiamento	Finalidade	Garantias	Vencimento	Encargos - %
BNDES	Inauguração e reformas de lojas	Guararapes como fiadora	Previsto até 2023	TJLP + 1,42 + 2,32 ao ano (*) SELIC + 2,32 a.a. e 3,5% a.a. (Finame)

	2015	2014	2015	2014
Banco Bradesco (**)	Inauguração e reformas de lojas	Nota Promissória	Até julho/2016	2,57% a.a + V.C.
Banco Santander (**)	Inauguração e reformas de lojas	Guararapes como fiadora	Até fevereiro/2016	1,92% a.a + V.C.
Banco Itaú (**)	Inauguração e reformas de lojas	Guararapes como fiadora	Até janeiro/2017	2,91% a.a + V.C.

(*) A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de 7% (5% em 2014) e os juros são aplicados conforme a linha de crédito. (** Empréstimos para os quais foram contratados instrumentos financeiros do tipo "swap" com a troca da indexação da moeda estrangeira para CDI. (b) Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*: Os financiamentos possuem cláusulas restritivas (*covenants*), conforme consta nos contratos de financiamentos com o BNDES. Os índices descritos a seguir são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Guararapes, que, em 31 de dezembro de 2015, estava adimplente. As principais cláusulas são como segue: • Manter a margem EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) adaptada não inferior a 12%. A margem EBITDA adaptada corresponde ao somatório de EBITDA com as receitas financeiras, dividido pela receita líquida. Em 31 de dezembro de 2015 a margem EBITDA adaptada era de 17,02%. • A relação dívida líquida sobre ativo total deve atender a um índice de até 33%. Em 31 de dezembro de 2015 a relação era de 13,27%. • Liquidez corrente mínima de 1,10 (um inteiro e dez centésimos). Em 31 de dezembro de 2015 a liquidez corrente mínima era de 1,52 (um inteiro e cinquenta e dois centésimos).

23. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS:

A Companhia e suas controladas direta e indireta são partes envolvidas em processos cíveis, trabalhistas e tributários em andamento, que envolvem responsabilidades contingentes. A administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2014	Constituição	Liquidação	Reversão	Juros e encargos	2015
Tributários	79.569	18.207	-	(28.014)	6.904	76.666
Trabalhistas	6.331	6.285	(2.878)	(6.449)	-	3.289
Cíveis	5.728	4.541	(2.326)	(708)	-	7.234
	91.628	29.033	(5.204)	(35.171)	6.904	87.190

	2013	Constituição	Liquidação	Reversão	Juros e encargos	2014
Tributários	56.422	16.898	-	-	6.249	79.569
Trabalhistas	5.087	4.308	(1.888)	(1.176)	-	6.331
Cíveis	4.785	6.517	(4.970)	(604)	-	5.728
	66.294	27.723	(6.858)	(1.780)	6.249	91.628

	2014	Constituição	Liquidação	Reversão	Juros e encargos	2015
Tributários	79.569	18.207	-	(28.014)	6.904	76.666
Trabalhistas	6.331	6.285	(2.878)	(6.449)	-	3.289
Cíveis	11.343	14.949	(2.721)	(6.991)	-	16.580
	97.243	44.422	(5.606)	(41.550)	6.904	101.413

	2013	Constituição	Liquidação	Reversão	Juros e encargos	2014
Tributários	56.422	16.898	-	-	6.249	79.569
Trabalhistas	5.087	4.308	(1.888)	(1.176)	-	6.331
Cíveis	8.739	11.615	(8.259)	(752)	-	11.343
	70.248	32.821	(10.147)			

RIACHUELO

Lojas Riachuelo S.A. e Controladas

CNPJ 33.200.056/0001-49

Rua Leão XIII, 500 – Jd. São Bento – São Paulo/SP

banário, cuja prestação de serviços se dá nas dependências da Companhia. Esses serviços são remunerados, sendo os principais: recebimento de pagamentos, recepção e encaminhamento de pedidos de financiamentos, elaboração de cadastro e encaminhamento de vendas de produtos financeiros. • **Convênio de despesas e aluguel:** Foi celebrado contrato de rateio das despesas comuns que beneficiam mutuamente tanto a Companhia como a Midway Financeira; foi também firmado um contrato de sublocação do espaço na Matriz da Companhia, para instalação e operação da Midway Financeira. (iii) **Midway Shopping (outras partes relacionadas):** • **Contratos de locação:** A Companhia mantém contrato de locação com o Midway Shopping, cujo valor é calculado à razão de 3% sobre o faturamento bruto mensal. (iv) **Transportadora Casa Verde Ltda. (“TCV”)** **(coligada):** • **Serviços de frete:** Para melhor atender à logística, foi firmado contrato de prestação de serviços de transporte das mercadorias com a TCV para a realização dos transportes entre os Centros de Distribuição e as Lojas. (b) **Divulgação da remuneração dos administradores:** A remuneração dos diretores e membros da administração da Companhia é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Remuneração	5.610	5.296	7.957	9.432

Os diretores da Companhia recebem somente honorários mensais fixos e não gozam de outros benefícios.

(c) **Saldo do fim do exercício, decorrente dos rendas/vendas/compras de produtos**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldos				
Ativo circulante				
Guararapes (Controladora)				
Mercadorias em estoque	189.796	192.627	189.796	192.627
Midway Financeira (controlada indireta)				
Aplicações em letras de câmbio	285.099	384.508	-	-
Contas a receber	595.267	586.992	-	-
Outras contas a receber	1.094	2.252	-	-
Riachuelo Participações (controlada indireta)				
Distribuição de dividendos	41.739	-	-	-
Passivo circulante				
TCV (coligada)				
Fretes a pagar	603	829	603	829
Depósitos e recursos de aceites cambiais	-	-	3.927	3.458
Guararapes (controladora)				
Depósitos e recursos de aceites cambiais	-	-	16.127	29.333
Arrendamento mercantil - locação de lojas	6.988	7.286	6.988	7.286
Midway Financeira (controlada indireta)				
Contas a pagar	57.426	47.515	-	-
Midway Shopping (outras partes relacionadas)				
Depósitos e recursos de aceites cambiais	-	-	21.373	17.677
Arrendamento mercantil - locação de lojas	477	427	-	-
Administradores				
Depósitos e recursos de aceites cambiais	-	-	134.688	49.479
Dividendos propostos	-	-	41.743	-
Riachuelo Participações (controlada indireta)				
Distribuição de dividendos	-	-	41.739	-
TCV (coligada)				
Despesa com fretes	(10.210)	(10.164)	(10.210)	(10.164)
Guararapes (controladora)				
Compras de mercadorias	(1.271.353)	(1.243.978)	(1.271.353)	(1.243.978)
Despesa com aluguel de lojas	(44.714)	(45.778)	(44.714)	(45.778)
Midway Shopping (outras partes relacionadas)				
Despesa com aluguel de lojas	(2.995)	(2.727)	(2.995)	(2.727)
Midway Financeira (controlada indireta)				
Despesa com juros bancários	-	-	-	-
Despesa com comissão sobre cartão	(32.914)	(29.500)	-	-
Receita de juros sobre aplicações em letras de câmbio	37.206	23.210	-	-
Receita do convênio - rateio de despesas	78.225	57.561	-	-
Receita com aluguel	840	840	-	-
Receita de serviço - correspondente bancário	9.890	5.756	-	-

37. SEGUROS: A Companhia renovou seguros contra incêndio para os três Centros de Distribuição (São Paulo, Natal e Manaus), com cobertura para as instalações, os equipamentos e as mercadorias. Para as lojas, é mantida a política de não contratar seguro contra incêndio, levando em consideração o aspecto dos imóveis comerciais (grande maioria localizada em shopping centers) e correspondentes estoques de produtos segregados fisicamente. Não há histórico de incêndios que tenham trazido perdas relevantes. Os valores contratados são baseados em opinião dos consultores de seguros, para fazer face aos riscos envolvidos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio (CD's)	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/vendaval a fumaça/lucros cessantes	395.154
Aeronave	Queda/Casco/Responsabilidade Civil	300.669
Mercadorias	Transporte Nacional/Internacional	100% Segurado

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

SEÇÃO F - POLÍTICAS CONTÁBEIS

38. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios representados, salvo disposição em contrário. **38.1. Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia, da controlada direta RIAP e da controlada indireta Midway Financeira, encerradas na mesma data-base. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **38.2. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional") que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são, também, apresentadas em reais (R\$). (b) **Transações e saldos em moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens de balanço mensurados. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional (R\$) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas variáveis resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas de taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **38.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, prontamente

conversíveis em um montante conhecido de caixa ou com o prazo original igual ou inferior a 90 dias e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento de cada período do relatório, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **38.4. Ativos financeiros: 38.4.1. Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. **38.4.2. Reconhecimento e mensuração:** Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. **38.4.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **38.4.4. Impairment de ativos financeiros: (a) Ativos mensurados ao custo amortizado:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou evento) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. (b) **Ativos classificados como disponíveis para venda:** Em caso de evidência objetiva de *impairment*, o prejuízo acumulado - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e disponibilizado na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado. Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para os investimentos em títulos patrimoniais, o prejuízo acumulado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas. **38.5. Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado, ao final de cada período. Os instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". **38.6. Contas a receber:** As contas a receber de cartões de crédito (cartão Riachuelo e cartão de terceiros) e empréstimo pessoal são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e ajustados a valor presente quando a administração da Companhia julgar que esses ajustes apresentam um efeito relevante nas demonstrações financeiras, uma vez que as transações são de curto prazo, de acordo com os ciclos operacionais de negócio previstos para a Companhia. No caso da controlada indireta Midway Financeira, as operações vencidas após 60 dias têm seus rendimentos registrados na rubrica "Contas a receber", e a transferência desta para o resultado ocorrerá somente quando do efetivo recebimento dos valores vencidos. Na data de encerramento de cada período do relatório, a controlada indireta Midway Financeira avalia a existência de evidências objetivas de que as contas a receber são avaliadas ao valor justo de realização. As contas a receber que possuem evidências objetivas que demonstrem que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial desse ativo, e que essa perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros, são provisionadas. Na avaliação da provisão, são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores às águelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas e os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais a fim de confirmar a sua aderência. As perdas são reconhecidas no resultado. **38.7. Estoques:** Os estoques, incluindo os itens de almoxarifado e embalagens, são avaliados ao custo médio de aquisição ou importação, inferior ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, quando necessário. **38.8. Demais ativos circulantes e não circulantes:** São apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **38.9. Investimentos nas demonstrações financeiras individuais:** Os investimentos nas empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **38.10. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens. As instalações e benfeitorias nas unidades locais da Companhia são depreciadas pelo prazo de locação ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor, conforme demonstrado na (Nota 15). Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Aeronave	10
Veículos	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9,1
Edifícios	25
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não foram considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado. A administração da Companhia e de suas controladas direta e indireta concluiu que os principais ativos não sofreram significativas variações de preço desde a data de formação e/ou reforma, e, ainda, que as taxas admitidas para a depreciação representam adequadamente o tempo de vida útil-econômica esperada para os bens do ativo. **38.11. Ativos intangíveis: (a) Pontos comerciais:** Os pontos comerciais das Lojas Riachuelo, adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico na data da aquisição. Posteriormente, os pontos comerciais, avaliados com os prazos dos contratos de locação definidos, são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos pontos comerciais registrados durante sua vida útil estimada de 6 a 10 anos. (b) **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 3 a 5 anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. **38.12. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustado

DIRETORIA

Flavio Rocha - Presidente
Newton Rocha de Oliveira Jr. - Vice Presidente Executivo

Oswaldo Aparecido Nunes - Vice Presidente Executivo
Pedro Roberto de Siqueira - Diretor Executivo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. No exercício de 2015 não foram observados indicativos relevantes de perda que levassem ao cálculo do valor recuperável. Adicionalmente a Companhia não possui ativos de vida útil indefinida. **38.13. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **38.14. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, acrescidos dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em abate, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **38.15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários:** A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado na data de encerramento de cada período de relatório. É registrada pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos e/ou administração da Companhia e de suas controladas direta e indireta. Os assuntos classificados como obrigações legais e/ou tributos com exigibilidade suspensa encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado de causas que os questionem. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não requerem provisão ou divulgação. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na (Nota 23). **38.16. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, com base no lucro contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social e estão apresentados no ativo ou passivo não circulantes. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando liquidado o passivo sobre os quais são calculados. O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos como receita ou despesa incluídos no resultado. A recuperação do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos ativos é revisada na data de encerramento de cada período de relatório, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação. **38.17. Ajuste a valor presente (AVP):** Os ativos e passivos de longo prazo, e quando relevantes os de curto prazo, devem ser ajustados ao valor presente. Após a avaliação do valor apurado do ajuste a valor presente, a administração da Companhia concluiu que os impactos no resultado do exercício da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo não são relevantes em relação às demonstrações financeiras analisadas em conjunto e decidiu não registrar contabilmente tal ajuste. Adicionalmente, considerando que a gestão de boa parte do recebível é efetuada pela entidade financeira do Grupo, não haveria impacto significativo entre grupos da demonstração do resultado pela aplicação do AVP para as transações financiadas sem juros pelo Grupo. **38.18. Benefícios a empregados: (a) Obrigações de benefícios de aposentadoria:** A Companhia tem planos de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições de forma fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem contrutivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e exterior. (b) **Participação nos lucros e bônus:** O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado no decorrer do exercício e ajustado no encerramento anual, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. **38.19. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **38.20. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e descontos comerciais. No caso da controlada indireta Midway Financeira, as receitas e as despesas das operações estão registradas de acordo com o regime de competência. O registro das operações com taxas prefixadas ocorre pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro estão apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos, enquanto o registro das receitas e despesas de natureza financeira ocorre pelo critério *pro rata* dia. As receitas com serviços prestados são diferidas e reconhecidas somente no período de sua competência. (a) **Venda de produtos:** O Grupo opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de confecções em geral, artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando uma entidade do Grupo vende um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito. (b) **Receta financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento. (c) **Receta com operações financeiras:** As operações financeiras estão registradas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **38.21. Arrendamento mercantil:** Os arrendamentos mercantis mantidos pela Companhia são classificados como operacional, no qual os pagamentos efetuados não são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os pagamentos contingentes (parcela variável em virtude da receita de vendas) são reconhecidos como despesa nos exercícios em que são incorridos. **38.22. Distribuição de dividendos** A proposta de distribuição de dividendos é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Companhia. Por outro lado, quando aplicável, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, se declarada pela administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica "Dividendos a pagar" dentro do grupo do patrimônio líquido. **38.23. Normas novas, alterações e interpretações de Normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para o 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém o mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abandona as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo. **39. EVENTOS SUBSEQUENTES: (a) Investimentos:** A Midway optou por destinar parte do imposto de renda apurado em 2008, para a aquisição de cotas do projeto cinematográfico "Língua Seca", o qual alterou o nome em 20/07/2015 para "Reza e Lenda", sendo que sua estreia nos cinemas foi em 21/01/2016, o valor investido foi de R\$ 213. (b) **Captação em moeda estrangeira e instrumentos financeiros derivativos:** Em janeiro de 2016 a Midway Financeira contratou operação de Swap com instituição financeira de primeira linha, a fim de minimizar os efeitos das oscilações da taxa de cambio e proteger o empréstimo com variação cambial contratado também em janeiro de 2016 no valor de R\$ 161.400. (c) **Proposta de dividendos distribuídos:** Em 2015 a diretoria da Midway Financeira propôs dividendos totais de R\$ 199.561, os quais foram aprovados na Assembleia Extraordinária de 21 de janeiro de 2016. Nesse sentido, estão registrados no passivo da Midway Financeira em 31 de dezembro de 2015, apenas os dividendos mínimos obrigatórios do exercício atual e anteriores no valor de R\$ 41.743. Os dividendos adicionais ao mínimo propostos no valor de R\$ 157.818, estão apresentados no patrimônio líquido da Midway.

CONTADORA

Claudia Regina Fernandes Ferreira
CRC SP - 294219/0-3

São Paulo, 15 de fevereiro de 2016



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/0-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/0-0 "S" SP

Aos Acionistas e Administradores

Lojas Riachuelo S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Lojas Riachuelo S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Lojas Riachuelo S.A. ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.